

EDUCAÇÃO OU MERCADORIA? UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INTERVENÇÃO DO BANCO MUNDIAL.

Ana Paula Pereira Brito¹

¹Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista - Bahia - Brasil. E-mail: 202410918@uesb.edu.br

Introdução

A educação sempre esteve no centro das disputas sociais, políticas e econômicas. Nas últimas décadas, entretanto, a presença de organismos internacionais nas definições das políticas educacionais tornou-se cada vez mais evidente. Entre eles, o Banco Mundial ocupa lugar de destaque, não apenas como financiador, mas como formulador de diretrizes e estratégias que impactam diretamente os sistemas de ensino.

A partir do capítulo “Política educacional do Banco Mundial entre 1970 e 1996”, da obra organizada por Silva (2002), este trabalho busca compreender como essas intervenções foram construídas e quais efeitos produziram, especialmente em países periféricos. A autora problematiza se tais políticas realmente contribuem para a superação das desigualdades ou se acabam reforçando uma visão instrumental da educação.

A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica, com análise interpretativa da obra principal e diálogo com referenciais teóricos da pedagogia crítica.

O objetivo do trabalho é analisar em que medida a intervenção do Banco Mundial contribui para a mercadorização da educação, tensionando seu caráter de direito social.

Nesse contexto, é fundamental considerar a atuação de organismos internacionais estejam inseridos em um conjunto de relações de poder que influenciam diretamente as políticas públicas dos países periféricos. Com o avanço das políticas neoliberais, a partir da década de 1990, intensificando a defesa de modelos de educação voltados a eficiência, na avaliação por resultados e na redução do papel do Estado, o que contribuiu para o redirecionamento da educação como um serviço a ser gerido com princípios de mercado.

Desse modo, analisando criticamente essas intervenções permite problematizar os impactos dessas políticas na garantia do direito à educação e na construção de uma escola pública democrática.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, fundamentada na obra de autoria de Silvia (2002), além do diálogo com autores da pedagogia crítica e documentos oficiais relacionados às políticas educacionais. A análise foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativa, buscando compreender as intenções, implicações e consequências das diretrizes propostas pelo Banco Mundial no contexto das reformas educacionais em países em desenvolvimento.

Resultados e discussão

Silva (2002) demonstra que, entre as décadas de 1980 e 1990, o Banco Mundial direcionou suas ações para a expansão da educação básica com foco na redução de custos e na eficiência.

administrativa. Sob a lógica do ajuste fiscal e da racionalização de recursos, o Estado passa a assumir papel de gestor regulador, enquanto se amplia a participação do setor privado.

No Chile, por exemplo, reformas educacionais apoiadas pelo Banco Mundial consolidaram políticas de descentralização e financiamento por demanda, aprofundando a segregação escolar. No Brasil, o programa Fundescola evidenciou a adoção de mecanismos de gestão inspirados na racionalidade técnica e na busca por resultados quantitativos.

A perspectiva do Banco Mundial fundamenta-se na teoria do capital humano, que compreende a educação como investimento produtivo. Em contraposição, Paulo Freire (1987) defende a educação como prática da liberdade, voltada à formação crítica e à emancipação dos sujeitos. O autor vê a educação como ponte para uma leitura de mundo e transformação da realidade, sendo de fato um instrumento de libertação e não de adaptação às estruturas que existem. Nessa perspectiva, a influência de políticas educacionais orientadas por organismos internacionais pode limitar o espaço transformador que a educação consegue ao priorizar aspectos técnicos e produtivos em detrimento da formação humana integral. Para Gentili (2003), as reformas neoliberais na educação reforçam os processos de exclusão ao subordinar o direito à lógica do mercado.

As orientações do Banco Mundial estão diretamente relacionadas à lógica neoliberal, que defende a redução da atuação do Estado e a ampliação do setor privado nas políticas públicas. No campo educacional, essa perspectiva se materializa na adoção de práticas gerenciais, na priorização de indicadores de rendimento e na busca por resultados que possam ser medidos. Como destaca Gentili (2003), o neoliberalismo promove uma reconfiguração na educação, transformando em um espaço de competição e produtividade, visando sua função social e formativa. Nesse sentido, a escola passa a ser entendida como uma organização pensada em resultados, e não como espaço de formação de um cidadão crítico

Experiências como a de Uganda revelam que políticas centradas apenas na ampliação de matrículas, sem investimento proporcional em infraestrutura e formação docente, resultam em precarização da qualidade do ensino. Assim, observa-se que metas quantitativas não garantem equidade educacional.

A análise evidencia um conflito entre dois paradigmas: a educação como direito social e a educação como mercadoria. Nesse cenário, o “consentimento” apontado por Silva (2002) refere-se à aceitação gradual de reformas que redefinem silenciosamente a função social da escola. As políticas educacionais orientadas pelo Banco Mundial tendem a priorizar soluções padronizadas para realidades distintas sem considerar as especificidades sociais, culturais e econômicas de cada país. Essa padronização contribui para mais uma das condições de desigualdades educacionais, pois não garantem condições equitativas de ensino. Assim, observa-se que a busca por eficiência e resultados quantitativos não necessariamente se traduz em qualidade educacional, especialmente quando não há investimentos adequados em formação docente, infraestrutura e valorização da escola pública.

Conclusões

Constata-se que a intervenção do Banco Mundial influencia significativamente as políticas educacionais em países em desenvolvimento, promovendo reformas baseadas na eficiência administrativa e na lógica neoliberal. Verifica-se que tais propostas reforçam uma concepção instrumental da educação voltada à teoria do capital humano, reduzindo o papel do Estado como quem deve garantir o direito à educação.

Dessa forma, destaca o tensionamento entre a educação como direito social e sua transformação em mercadoria. Assim, defende-se a necessidade de fortalecer perspectivas críticas que

reafirmem a educação pública como prática emancipatória, comprometida com a justiça social e com a formação humana.

Palavras-chave: Banco Mundial. Política Educacional. Educação Comparada. Neoliberalismo.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Fundescola:** fundamentos, estrutura e gestão. Brasília: MEC/SEF, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENTILI, Pablo. **A pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, Maria Abadia (org.). **Intervenção e consentimento:** a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESB, 2002.

VERGER, Antoni; NOVELLI, Mario; ALTINYELKEN, Hulya. **Global education policy and international development:** new agendas, issues and policies. London: Bloomsbury Academic, 2012.

WORLD BANK. **Education in Uganda:** achievements and challenges. Washington, DC: World Bank, 2007.

XVI
FRPED

